PerCursos
e-ISSN 1984-7246

O discurso maternalista, gênero e a resistência do corpo fluxível: dos fantasmas que criamos , alimentamos e que nos fazem[i]

Lohaine Jardim Barbosa [ii]
Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)
Vitória– ES, Brasil
lattes.cnpq.br/0001789710358050
orcid.org/0000-0001-8900-884X
lohainejardim.psi@gmail.com

Marcia Barros Ferreira Rodrigues[iii]
Universidade Federal Fluminense (UFF)
Niterói – RJ, Brasil
lattes.cnpq.br/1531744628299485
orcid.org/0000-0002-6022-3041
mbfrodrigues@gmail.com

@percursos_revista
/revpercursos

Para citar artigo:
BARBOSA, Lohaine Jardim; RODRIGUES, Marcia Barros Ferreira. O discurso maternalista, gênero e a resistência do corpo fluxível: dos fantasmas que criamos, alimentamos e que nos fazem. **PerCursos**, Florianópolis, v. 27, e0105, 2026.

http://dx.doi.org/10.5965/19847246272026e0105

O discurso maternalista, gênero e a resistência do corpo fluxível: dos fantasmas que criamos, alimentamos e que nos fazem

Resumo

Este artigo analisa a construção histórica e discursiva do chamado discurso maternalista, consolidado entre os séculos XIX e XX, que associou a mulher, especialmente a mãe, ao cuidado, à abnegação e ao trabalho doméstico, redefinindo-o como expressão de amor e não como trabalho social e economicamente produtivo. O problema de pesquisa consiste em compreender como essa responsabilização materna se constitui como dispositivo ideológico e quais são seus efeitos na produção das identidades de gênero e na organização social do trabalho reprodutivo. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa qualitativa de natureza bibliográfica e exploratória, fundamentada na análise de discurso em perspectiva crítica, tomando como fontes teóricas principais a psicanálise freudiana e lacaniana, a teoria feminista materialista e a teoria queer. O referencial teórico articula as contribuições da psicanálise, especialmente a teoria das pulsões e do desejo, com o materialismo histórico e as teorias contemporâneas de gênero, a fim de analisar a maternidade, o feminino e a identidade de gênero como construções simbólicas, políticas e econômicas. Como fontes documentais e teóricas, foram analisadas obras clássicas da psicanálise e da teoria social, bem como literatura contemporânea sobre maternidade, gênero e biopolítica. Argumenta-se que o discurso maternalista opera como uma estrutura ideológica que naturaliza a divisão sexual do trabalho e transfere para a esfera privada a responsabilidade pela reprodução social. Nesse contexto, discute-se a emergência dos corpos trans não como identidade fixa, mas como acontecimento político e epistemológico que desestabiliza a naturalização do gênero e evidencia o caráter histórico, tecnológico e discursivo dos corpos. Conclui-se que tanto a maternidade quanto o gênero funcionam como formações discursivas que organizam a reprodução social e a produção de subjetividades, sendo possível compreender as dissidências de gênero como pontos de tensão que revelam os limites das categorias normativas e abrem novas possibilidades políticas e subjetivas.

Palavras-chave: discurso maternalista; transgeneridade; crítica ao produtivismo capitalista; resistência política do corpo.

Maternalist discourse, gender, and the resistance of the Fluxible body: Of the ghosts we create, nurture, and That haunt us

Abstract

This article analyzes the historical and discursive construction of the so-called maternalist discourse, consolidated between the 19th and 20th centuries, which associated women—especially mothers—with care, self-sacrifice, and domestic labor, redefining it as an act of love rather than socially and economically productive work. The research problem consists of understanding how maternal responsibility is constituted as an ideological device and what its effects are on the production of gender identities and the social organization of reproductive labor. Methodologically, this is a qualitative, bibliographical, and exploratory study grounded in critical discourse analysis, drawing primarily on Freudian and Lacanian psychoanalysis, materialist feminist theory, and queer theory. The theoretical framework articulates psychoanalytic concepts—especially drive and desire—with historical materialism and contemporary gender theories in order to analyze motherhood, femininity, and gender identity as symbolic, political, and economic constructions. As documentary and theoretical sources, classical works of psychoanalysis and social theory were analyzed, as well as contemporary literature on motherhood, gender, and biopolitics. The article argues that maternalist discourse operates as an ideological structure that naturalizes the sexual division of labor and transfers responsibility for social reproduction to the private sphere. In this context, the emergence

of trans bodies is discussed not as a fixed identity but as a political and epistemological event that destabilizes the naturalization of gender and reveals the historical, technological, and discursive character of bodies. It concludes that both motherhood and gender function as discursive formations that organize social reproduction and the production of subjectivities, and that gender dissidence can be understood as a point of tension that exposes the limits of normative categories and opens new political and subjective possibilities.

Keywords: maternalist discourse; gender; transness; critique of capitalist productivism; political resistance of the body.

Mamãe (Nasser; Martins, 1950).

Ela é a dona de tudo
Ela é a rainha do lar
Ela vale mais para mim
Que o céu, que a terra, que o mar

Ela é a palavra mais linda
Que um dia um poeta escreveu
Ela é o tesouro que um pobre
Das mãos do senhor recebeu

Mamãe, mamãe, mamãe
Tu és a razão dos meus dias
Tu és feita de amor e esperança

Ai, ai, ai, mamãe
Eu cresci, o caminho perdi
Volto a ti e me sinto criança

Mamãe, mamãe, mamãe
Eu te lembro o chinelo na mão
O avental todo sujo de ovo
Se eu pudesse eu queria, outra vez, mamãe
Começar tudo, tudo de novo

Ela é a palavra mais linda
Que um dia um poeta escreveu
Ela é o tesouro que um pobre
Das mãos do senhor recebeu

Mamãe, mamãe, mamãe
Tu és a razão dos meus dias
Tu és feita de amor e esperança

Ai, ai, ai, mamãe
Eu cresci, o caminho perdi
Volto a ti e me sinto criança

Mamãe, mamãe, mamãe
Eu te lembro o chinelo na mão
O avental todo sujo de ovo
Se eu pudesse eu queria, outra vez, mamãe
Começar tudo, tudo de novo

1 Apresentação

O que a música de Toquinho (Mamãe) retrata é a mãe idealizada e quanto a isso, ninguém tem dúvidas, ninguém discorda, o ideal de mãe perfeitamente destrinchado por Vera Iaconelli (2003) no "Manifesto Antimaternalista" coloca diante de nós a certeza do quaão irreal, sufocante, impossível e pesado é o que se espera que a "Mãe" seja, nas sociedades capitalistas ocidentais. Abnegação de si, doação total ao cuidado de um outro, ideal e exemplo de amor, dedicação, a servir um outro.

E é essa mãe "tesouro idealizada" que sustenta uma das fantasias primordiais que fundam a subjetividade dos sujeitos: "a de ser amado", a de ser "algo no desejo de um outro".

Ao expor as contradições do maternalismo (que ela denuncia ser uma ideologia), Vera coloca em xeque um modelo de reprodução social (de corpos de sujeitos) que coloca a mulher em posição de subalternidade e negligencia um sentido coletivo de cuidado e responsabilização pelas futuras gerações, produzindo mais valia no bojo da reprodução social, ou seja, produzindo trabalho não remunerado na reprodução de sujeitos (seres humanos).

Vera dialoga com a teoria psicanalítica, mas não a isentando de sua responsabilidade na reprodução da ideologia maternalista, e considera os marcadores sociais, de gênero, classe e raça em seu debate. Dessa forma, a autora encontra a "mãe padrão ouro" em destaque, denunciando o que estaria recalcado no ideal de infalibilidade e insubstituição dos cuidados atribuídos às mães. Nossa fantasia primordial: "mãe branca, cuidadosa, amorosa, que abre mão de si, de sua realização pessoal, para se dedicar aos filhos e ao marido". E essa mãe teria não apenas cor, mas também classe social, já que sua dedicação exclusiva teria o preço de um pai provedor, ou o luxo da terceirização dos cuidados a outras mulheres/profissionais, o que não configuraria um "descuido".

Sendo assim, a "mãe padrão ouro" teria cor branca e seria de classe social abastada, revelando uma fantasia impossível de ser realizada num país como o Brasil. Mas o que esse ideal alude, está mais terceirizado ainda, ele expõe que as condições que uma geração dá a uma nova geração não se limitam aos laços entre mãe e bebê e mãe/pai com o filho/filha, porém o viés ideológico do maternalismo, que atravessaria a maternidade de

nossa época retificaria as mulheres como as únicas e verdadeiras responsáveis pelo cuidado com as crianças, gerando assim maior vulnerabilização materna, e imprimindo às mulheres a responsabilização quase exclusiva pela formação das futuras gerações.

Este artigo caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa de natureza bibliográfica e exploratória, situada na interface entre a psicanálise e a teoria social crítica. O percurso metodológico foi estruturado a partir de uma leitura teórico-interpretativa de textos fundamentais da psicanálise, especialmente as obras de Sigmund Freud e Jacques Lacan, articuladas à produção contemporânea sobre maternidade, gênero e subjetivação, com destaque para Vera Iaconelli e Judith Butler. Não se trata de uma revisão bibliográfica descritiva, mas de uma análise teórica orientada por problemas, cujo objetivo foi investigar como a maternidade é constituída como ideal normativo e como esse ideal opera na produção de subjetividades femininas.

Do ponto de vista metodológico, o estudo utiliza a análise de discurso em perspectiva crítica, compreendendo-o não apenas como linguagem, mas como prática social que produz e organiza modos de subjetivação (Foucault, 1971; Orlandi, 2009). A análise concentrou-se na identificação de formações discursivas recorrentes nos textos teóricos e culturais sobre maternidade, buscando evidenciar os elementos simbólicos e ideológicos que sustentam o que se denomina, neste trabalho, de "fantasia normativa" da maternidade. Essa noção aproxima-se da concepção psicanalítica de fantasia como estrutura que organiza o desejo e a realidade psíquica (Freud, 1976; Lacan, 2016), mas é aqui analisada também em sua dimensão histórica e material.

O referencial teórico-metodológico ancora-se, portanto, na articulação entre a teoria das pulsões, a teoria lacaniana do desejo e da sexuação e o materialismo histórico-dialético, entendido como método de análise das formas sociais e ideológicas no capitalismo (Marx; Engels, 2007). Essa articulação permite compreender a maternidade não apenas como experiência individual ou fenômeno biológico, mas como construção histórica atravessada por relações de poder, economia e produção de subjetividade. Assim, a análise buscou identificar as materialidades discursivas, jurídicas, médicas, psicológicas e culturais, que sustentam e reproduzem determinados ideais de maternidade nas sociedades capitalistas contemporâneas.

O percurso da pesquisa desenvolveu-se em três etapas: um levantamento bibliográfico e a seleção das obras teóricas centrais; num segundo momento, a leitura analítica orientada pelos conceitos de pulsão, desejo, fantasia e norma de gênero; e por fim, a análise interpretativa das convergências entre discurso psicanalítico e discurso social sobre maternidade, com o objetivo de compreender como se produz a naturalização desse ideal e quais são seus efeitos subjetivos e sociais. Dessa forma, a pesquisa buscou demonstrar que a maternidade, mais do que um dado natural, constitui-se como um dispositivo simbólico e ideológico que organiza expectativas sociais, regula o lugar da mulher e participa da reprodução das estruturas sociais.

2 As origens do discurso maternalista e a fantasia que o sustenta

O discurso maternalista consolida-se na transição do século XIX para o XX, articulado ao surgimento da família burguesa e à divisão sexual do trabalho própria do capitalismo industrial. Enquanto nas sociedades feudais e pré-industriais o cuidado infantil era compartilhado de forma mais comunitária e as crianças eram frequentemente inseridas precocemente no mundo adulto, a modernidade institui a infância como fase de desenvolvimento e atribui à mulher a responsabilidade quase exclusiva pelo cuidado e formação psíquica dos filhos. Esse processo ocorre simultaneamente à retirada das mulheres da esfera produtiva formal e à redefinição do trabalho doméstico como expressão de amor e vocação natural, e não como trabalho socialmente necessário (Federici, 2017).

Nesse momento é que se consolida uma ideologia que atribui à mulher, e em especial à mãe, a responsabilidade quase exclusiva pelo cuidado das crianças. Durante o feudalismo, as sociedades vivenciavam uma experiência mais comunal, na qual, apesar da subalternidade feminina, não havia uma divisão sexual tão marcada do trabalho, nem a ideia de infância como a conhecemos hoje. As crianças eram vistas como "mini-adultos" e não havia uma exclusividade feminina nos cuidados infantis; a sobrevivência ou não dessas crianças às exigências da vida adulta precoce não era uma questão central.

Com a ascensão do capitalismo e a consequente divisão sexual do trabalho, o trabalho doméstico feminino é desvalorizado, sendo redefinido como um ato de amor em

vez de um trabalho legítimo. A mulher passa a ser vista essencialmente como cuidadora, seja mãe ou não, enquanto ao homem é atribuído o trabalho remunerado, considerado o verdadeiro "trabalho com valor". Nesse contexto, o papel da mãe é exaltado e idealizado, compondo uma fantasia, no sentido lacaniano, que reforça a associação da mulher ao cuidado e ao sacrifício, ao mesmo tempo que obscurece a exploração subjacente dessa divisão sexual do trabalho.

A ideia do "instinto materno" é muitas vezes apresentada como uma verdade biológica, quase inquestionável, que vincula naturalmente as mulheres ao papel de cuidadoras dos filhos. No entanto, essa concepção pode ser entendida como uma construção social e cultural que serve a interesses políticos, econômicos e sociais específicos.

Durante a transição do século XIX para o século XX, as mudanças nas estruturas familiares e nas condições econômicas exigiram um novo modelo de organização social. Com o avanço do capitalismo, a sociedade passou a valorizar a produtividade econômica e a mão de obra masculina como fonte de sustento familiar. Ao mesmo tempo, houve um reconhecimento crescente de que crianças e jovens necessitavam de cuidados contínuos e especializados para se desenvolverem adequadamente e se tornarem adultos produtivos.

Nesse contexto, surge a pseudoteoria do "instinto materno", que atende à necessidade de garantir que as mulheres assumam o papel de cuidadoras dentro do lar, isentando os homens dessa responsabilidade. Atribuir esse papel às mulheres com base em um suposto "instinto natural" ajudou a consolidar a divisão sexual do trabalho, em que as mulheres ficaram encarregadas do cuidado e da reprodução social, enquanto os homens eram liberados para se dedicarem ao trabalho remunerado e às atividades políticas.

A construção histórica da maternidade como destino natural das mulheres não pode ser compreendida fora da formação do sistema capitalista e da reorganização da divisão sexual do trabalho. Conforme demonstra Silvia Federici (2017), especialmente em *Calibã e a Bruxa*, o capitalismo dependeu da reorganização do corpo feminino como máquina reprodutiva e da transformação do trabalho doméstico e de cuidado em

trabalho não remunerado. A autora argumenta que a caça às bruxas, a medicalização do parto e o controle da sexualidade feminina foram processos históricos que visaram disciplinar o corpo das mulheres e garantir a reprodução da força de trabalho sem custos para o capital. Nesse sentido, a maternidade compulsória e o ideal de amor materno não são apenas construções simbólicas, mas dispositivos econômicos e políticos que garantem a reprodução social. O que se convencionou chamar de "instinto materno" pode ser compreendido, portanto, como uma tecnologia ideológica que naturaliza uma função social historicamente construída.

Essa naturalização opera por meio de dispositivos institucionais concretos, como o discurso médico, o direito de família, as políticas públicas de saúde e o mercado de trabalho, que penaliza a gestação e a maternidade através da desigualdade salarial, da demissão de gestantes e da desvalorização profissional das mulheres com filhos. Assim, o que se apresenta como escolha individual ou vocação pessoal é, na realidade, resultado de uma complexa rede de dispositivos de poder que produzem subjetividades e organizam os papéis de gênero. Nesse ponto, temos que compreender que o poder não atua apenas pela repressão, mas pela produção de verdades sobre os corpos, sobre a sexualidade e sobre a família, fazendo com que as próprias mulheres se identifiquem com o ideal materno como se ele fosse natural.

Nesse debate contemporâneo sobre corpo, gênero e normatividade, a contribuição de Paul B. Preciado (2018) torna-se fundamental ao demonstrar que o gênero não é apenas uma construção simbólica, mas também farmacológica, tecnológica e midiática. Preciado propõe que vivemos em um regime que ele denomina de "capitalismo farmacopornográfico", no qual os corpos são constantemente regulados por hormônios, cirurgias, normas médicas, pornografia, publicidade e tecnologias digitais que produzem modelos de masculinidade e feminilidade. Nesse contexto, o corpo trans não deve ser compreendido como uma anomalia ou exceção, mas como uma forma de dissidência política que revela o caráter construído e tecnológico de todo gênero. O corpo trans evidencia que o gênero não é natureza, mas um conjunto de técnicas, normas e repetições sociais que podem ser reconfiguradas, subvertidas e reinventadas.

No contexto brasileiro, a obra de Letícia Lanz (2015) contribui significativamente para a compreensão do gênero como construção social e política. A autora demonstra

que o sistema de gênero funciona como uma estrutura normativa que organiza expectativas sociais, comportamentos, vestimentas, profissões e modos de existência, operando como um verdadeiro sistema de classificação social. Para Lanz, a cisgeneridade funciona como norma invisível, enquanto as identidades trans e não binárias tornam visível o caráter construído dessa norma. Essa perspectiva permite compreender que a feminilidade associada à maternidade não é uma essência, mas uma posição social produzida e mantida por instituições, discursos científicos, práticas jurídicas e normas culturais.

A articulação entre essas perspectivas teóricas permite compreender que a maternidade, o feminino e o gênero não pertencem ao campo da natureza, mas ao campo da política, da economia e da produção de subjetividade. O que está em jogo não é apenas uma identidade, mas a forma como a sociedade organiza a reprodução da vida, a divisão do trabalho e o controle dos corpos. Assim, a chamada "fantasia normativa" da maternidade pode ser compreendida como uma formação ideológica que opera simultaneamente no nível psíquico, social e econômico, sustentando uma determinada organização da sociedade e da família nas sociedades capitalistas contemporâneas.

Essa ideologia maternalista não se sustenta apenas no plano simbólico, mas se materializa em dispositivos concretos. Ela opera, por exemplo, nas políticas de saúde perinatal que frequentemente retiram a autonomia da mulher sobre o próprio corpo, fenômeno discutido no campo da violência obstétrica; nas decisões judiciais de guarda que ainda presumem a centralidade materna como cuidadora natural; nas campanhas publicitárias e no chamado "marketing rosa", que associam feminilidade à maternidade e ao cuidado; e nos algoritmos de redes sociais que reforçam padrões normativos de maternidade e feminilidade, punindo simbolicamente corpos e modos de vida não conformes. Assim, o discurso maternalista é continuamente reproduzido por instituições como o Estado, o mercado de trabalho, o saber médico e o campo jurídico, que, cada um a seu modo, regulam e normatizam o corpo e o comportamento das mulheres.

Nesse contexto, a ideia de "instinto materno" surge como uma pseudoteoria que atende à necessidade histórica de garantir que as mulheres assumam o trabalho reprodutivo e de cuidado sem que isso represente custo para o Estado e para o capital. Ao naturalizar o cuidado como característica feminina, o sistema econômico transfere

para a esfera privada uma função essencial para a reprodução social: a formação e manutenção da força de trabalho.

As teorias psicanalíticas de Freud, Lacan e Winnicott desempenharam um papel crucial na construção e consolidação da figura da mãe como a principal responsável pelo bem-estar e desenvolvimento dos filhos, com expõe Vera Iaconelli (2023). A autora aborda como essas teorias contribuíram para moldar a ideia de que a maternidade é intrinsecamente ligada à identidade feminina e ao senso de responsabilidade, criando uma conexão quase inevitável entre a mulher e a culpa.

Freud, ao introduzir conceitos como o complexo de Édipo e a centralidade da mãe na formação da psique infantil, ajudou a perpetuar a ideia de que a mãe é a figura fundamental no desenvolvimento emocional e sexual da criança. Lacan, com sua teoria do estágio do espelho e da relação entre o simbólico, o imaginário e o real, reforça a ideia de que a mãe ocupa um lugar estrutural na constituição do sujeito, sendo responsável por mediar a entrada da criança na ordem simbólica.

Winnicott, por sua vez, ao desenvolver o conceito de "mãe suficientemente boa", acentua a importância da responsividade materna para o desenvolvimento saudável da criança. Apesar de sua intenção de aliviar a pressão sobre as mães, ao sugerir que elas não precisam ser perfeitas, esse conceito também contribui para a internalização de um senso de culpa, no qual qualquer falha ou dificuldade no desenvolvimento infantil poderia ser interpretada como um fracasso materno (Iaconelli, 2023).

Assim, ao longo dessas teorias psicanalíticas, a mãe é posicionada como a principal figura de cuidado e responsabilidade, uma ideia que se enraíza profundamente na cultura ocidental e que contribui para a construção da ideia de que "nasce a mãe, nasce a culpa". Essa formulação expressa a carga emocional e psicológica que é atribuída à maternidade, cujas expectativas sociais sobre a mulher como mãe são amplificadas, reforçando a associação entre maternidade e culpa.

No entanto, o que venho destacar aqui é que a mesma psicanálise que reforça a ideologia maternalista, fertilizando o terreno para a produção da fantasia do cuidado materno como algo instintivo e natural, é também a que denuncia a verdade fundamental sobre o sujeito: ele é "perverso polimorfo" (Freud, 1976, p. 128). Essa revelação, junto

com a descoberta do inconsciente, constitui uma das maiores revoluções da psicanálise. Dessa forma, a mesma psicanálise que, em certos contextos, foi utilizada para reforçar a centralidade materna é também aquela que revela a inexistência de um instinto materno natural.

Ao afirmar que o sujeito humano é originalmente "perverso polimorfo", Sigmund Freud desmonta a ideia de uma sexualidade naturalmente orientada para a reprodução e para a maternidade. A psicanálise, especialmente na releitura de Jacques Lacan, demonstra que tanto a maternidade quanto o feminino e o masculino pertencem ao campo das construções simbólicas e das fantasias que organizam o desejo e o laço social. Nesse sentido, o gênero e a maternidade podem ser compreendidos como formações discursivas e fantasmáticas que estruturam a realidade social, mas que também funcionam como dispositivos de normatização e controle dos corpos, especialmente dos corpos femininos.

Ao compreender o sujeito como "perverso polimorfo," Freud nos obriga a questionar a noção de gênero como um dado inquestionável. Ele revela que o que entendemos como gênero é, na verdade, uma fantasia no sentido lacaniano, uma construção psíquica que, embora estruture a realidade e funcione como um eixo central na organização do sujeito, é também uma fonte de aprisionamento, dor e sofrimento.

Essa visão desafia a ideia de gênero como uma essência fixa e natural, deslocando-a para o campo da fantasia, em que ela não é mais vista como um fato incontestável, mas sim como uma estrutura simbólica que, apesar de organizar nossa experiência e percepção de realidade, também limita e oprime o sujeito. Assim, a psicanálise não só expõe as bases fantasiosas do gênero, mas também nos oferece ferramentas para entender como essas fantasias, embora necessárias para a constituição do sujeito, podem se tornar fontes de sofrimento ao serem tomadas como realidades absolutas.

2.1 A clínica na contramão do normativo

Na escuta clínica de mulheres que atravessam o período da perinatalidade, observa-se com frequência aquilo que Vera Iaconelli (2023) denomina de "captura pelo maternalismo". Trata-se de um processo no qual a mulher é progressivamente reduzida à

função materna, sendo convocada social e simbolicamente a ocupar um lugar de onipotência afetiva e responsabilidade absoluta pelo bebê. A prática analítica revela que essa exigência produz, não raramente, sujeitos fragmentados pela impossibilidade estrutural de corresponder a esse ideal. O sintoma é frequentemente, manifestado como depressão pós-parto, ansiedade, sentimento de inadequação ou esgotamento extremo, e pode ser compreendido, nesse contexto, como expressão do resto psíquico não simbolizado de uma mulher que precisou ser parcialmente apagada para que a "mãe" pudesse existir como ideal social.

Nesse ponto, a intervenção analítica não visa adaptar a mulher ao ideal materno, mas operar uma separação simbólica entre mulher e mãe, permitindo que o sujeito se descole da fantasia de responsabilidade total pelo Outro. A análise busca desmontar a ideia de uma responsabilidade exclusiva e naturalizada, sustentada pelo discurso maternalista, possibilitando que a maternidade deixe de ser vivida como destino ou missão totalizante e possa ser reinscrita como uma função entre outras na vida do sujeito. Trata-se, portanto, de deslocar a maternidade do campo da obrigação absoluta para o campo do desejo, no qual ela pode ser significada de maneira singular e não normativa.

No atendimento a pessoas trans ou não binárias, a clínica frequentemente se depara com demandas relacionadas ao nome, à hormonização ou a intervenções corporais que aparecem, para o sujeito, como necessárias para a estabilização de seu lugar no mundo e de sua relação com o próprio corpo. A escuta clínica permite compreender que tais demandas não devem ser reduzidas a uma questão identitária ou estética, mas podem ser interpretadas como tentativas de dar forma e localização ao gozo, isto é, de estabilizar algo do corpo que se apresenta como excessivo, estranho ou sem nome. Nesse sentido, como sugere Mario Mieli (2002), certas intervenções corporais podem funcionar como tentativas de "disciplinar o gozo", isto é, de inscrever no real do corpo um limite para aquilo que, no nível psíquico, aparece como indeterminado ou invasivo.

A prática clínica revela, entretanto, que o sofrimento psíquico dessas pessoas não advém necessariamente da transgeneridade em si, mas da violência simbólica de uma ordem social que opera a partir de categorias rígidas de sexo e gênero e que não oferece

lugar para aquilo que escapa à normatividade binária. O sofrimento, muitas vezes, está menos no corpo e mais na impossibilidade de reconhecimento simbólico, isto é, na dificuldade de encontrar um lugar de nomeação e de existência dentro do laço social. Nesse contexto, o nome social e juridicamente reconhecido, pode ter uma função estruturante, pois permite uma inscrição simbólica que reduz a violência do não reconhecimento.

A clínica, nesse cenário, opera no avesso da norma. Não se trata de ajustar o sujeito a um gênero, a uma identidade ou a um ideal de normalidade, mas de permitir que ele construa uma forma possível de habitar o próprio corpo e sustentar seu desejo. A sexualidade humana, como demonstrou a psicanálise, é marcada por um "furo no real", isto é, por uma impossibilidade de inscrição total na norma ou na linguagem. Quando a sociedade impõe modelos rígidos de gênero, de maternidade e de sexualidade, o sujeito pode se fragmentar na tentativa de corresponder a esses ideais.

Assim, tanto na clínica da perinatalidade quanto na escuta das dissidências de gênero, o que está em jogo é a possibilidade de separar o sujeito das identificações normativas que o capturam e o fazem sofrer. A função da análise, nesse contexto, não é normatizar o corpo ou a identidade, mas permitir que o sujeito construa uma relação menos alienada com o desejo e com o próprio corpo, fora das exigências de produtividade, normalidade e completude impostas pelo discurso social contemporâneo. Trata-se, em última instância, de abrir um espaço para que o sujeito possa existir para além das categorias que o capturam, sustentando aquilo que em sua experiência não se deixa reduzir nem à biologia, nem à identidade, nem à norma social.

3 A armadilha da responsabilização materna à ideia de gêneros como identidade

A constituição do sujeito não depende da presença literal de uma figura de "pai" ou "mãe", mas sim de um investimento libidinal que se manifesta no cuidado. Quem cuida do recém-nascido, por meio de um trato amoroso e investido, libidiniza o corpo do bebê, transformando-o em um corpo erógeno. Esse processo culmina no "estádio do espelho",

em que o corpo, até então fragmentado, é contornado pela imagem, nomeado pelo Simbólico e marcado por experiências únicas de prazer e desprazer.

O Eu, ou seja, a identidade do sujeito, é fundado nessa relação dialética com o inconsciente, uma relação que implica uma alienação parcial do Eu em relação ao que não é consciente. Esse Eu é uma organização necessária, mas que se sustenta na ilusão de completude e, por isso, é instável e suscetível a desorganizações que se manifestam como angústia. As manifestações do que ficou fora da imagem, ou seja, as produções do inconsciente, nos abalam porque nos confrontam com aquilo que foi banido para manter a fantasia de unidade.

A partir dessa imagem idealizada de si, o sujeito se vê assombrado por expectativas irreais, que geram sentimentos de inadequação e a sensação de ser um impostor. O júbilo diante da imagem de si, no entanto, é precedido por uma intensa relação com o corpo erógeno de quem cuida, através da voz, cheiro, olhar, tato e manipulação. Esse "corpo a corpo" é imprescindível e marca a experiência de prazer e desprazer de cada sujeito de maneira única, quase como uma impressão digital.

Como seres de linguagem, somos nós que definimos culturalmente se a massa orgânica que cresce no corpo da gestante é considerada um bebê que merece viver ou um embrião/feto a ser abortado. Essa nomeação é sempre um fato cultural, uma convenção arbitrária, e não uma verdade essencial. Na sociedade atual, prevalece um puritanismo reprodutivo que, paradoxalmente, é seguido por um descaso com as crianças, uma atitude que seria ininteligível para muitos povos originários, que valorizam profundamente a infância e o cuidado coletivo.

A ideia de que uma única pessoa possa assumir a totalidade da tarefa de cuidar, educar e fazer surgir um sujeito é, de fato, hercúlea e impossível. Essa responsabilização deriva de uma fantasia onipotente de ser capaz de produzir vidas, mas tem como efeito inevitável o risco de cair no extremo oposto: a impotência. A clínica psicanalítica revela esse perigoso jogo entre onipotência e impotência por meio dos sintomas e angústias que emergem nos sujeitos.

Esses sintomas não apenas expõem, mas também denunciam as armadilhas invisíveis que essa fantasia de onipotência cria. Essas armadilhas, embora sutis, são

profundamente aprisionantes e sufocantes, pois impõem ao sujeito uma carga insustentável, levando-o a vivenciar a tensão constante entre a ilusão de controle absoluto e a dolorosa realidade da sua limitação. Dessa forma, a fantasia onipotente não só constrói, mas também destrói, aprisionando o sujeito em um ciclo de expectativas irreais e frustrações inevitáveis.

Por outro lado, a outra face dessa realidade é a naturalização de uma divisão sexual do trabalho, em que identidades sexuais associadas ao ideal materno (sejam mulheres cis, trans ou aquelas que se identifiquem com esse ideal) se reforçam sob um manto de consistência imaginária, enraizada na biologia e no que é da ordem simbólica. Essa naturalização confunde ainda mais o processo elaborativo dos sujeitos, ao entrelaçar elementos biológicos e simbólicos de forma a sustentar essa divisão.

Quando se expõe o resíduo não elaborado da questão de gênero, especialmente no ponto cego entre perinatalidade e parentalidade (como discutido por Iaconelli), deparamo-nos com a dificuldade de pensar em parturição ou em uma origem sem a figura da mãe. Uma possível saída proposta pela autora seria a ideia de separar o conceito de genitoridade da maternidade e paternidade. No entanto, o que não é suficientemente abordado é justamente o fio condutor que sigo: a ideia de que as "identidades sexuais", embora variadas e diversas, acabam por reforçar a sujeição e vulnerabilização dos sujeitos que se identificam com o feminino. Estes, inevitavelmente, são colocados no lugar idealizado do materno, do cuidado, e da abdicação de si em favor do outro, perpetuando assim a opressão e a desvalorização desses indivíduos na estrutura social.

As identidades, ao responderem à demanda por identificação dos sujeitos, acabam por mascarar o fato de que o gênero é um discurso construído histórica e socialmente. Esse discurso se impõe como uma fantasia que, embora estruture a realidade, gera o mesmo efeito ilusório característico da ideologia maternalista, contribuindo para as mesmas formas de violência e vulnerabilização. Assim, quando Freud discute

> acerca do gênero e seus aspectos polimórficos como um produto refinado das transformações nas práticas culturais e nas identidades contemporâneas [...], o inexorável no campo da sexualidade estaria sendo melhor delimitado pelo gênero, em seu espectro, do que pelo

> sexo/sexualidade e seus resquícios biologicistas (Simões; Gonçalves, 2018, p. 13).

Ele se coloca à frente da crítica à normalização da sexualidade, apesar das limitações de sua época. Para Freud, a sexualidade é a manifestação de uma pulsão sexual originária na infância, sustentada pela fantasia de um passado normativo e constituinte. Portanto, pode-se afirmar: "É a fantasia que é normativa, nós somos perversos polimorfos". O conceito freudiano de "perversão polimorfa" é crucial para a "Teoria Queer", pois destaca a multiplicidade dos desejos sexuais humanos e questiona as noções de normalidade e anormalidade. Esses pontos de interseção oferecem insights valiosos sobre a natureza fluida e socialmente construída do gênero e da sexualidade, como Lacan (2003, 2008) também sugere. O caráter antinormalizador da Psicanálise fundada por Freud encontra eco na inspiração Queer:

Segundo Lacan (2003, p. 558), a sexualidade provoca um "furo no real", um rompimento que atinge a todos e do qual ninguém sai ileso. Diante da ausência de uma solução definitiva para lidar com essa ruptura, as discussões de gênero e as leis que tentam regulamentar a questão buscam alinhar anatomia com a identidade de gênero que cada indivíduo pode expressar. No entanto, essas tentativas não conseguem resolver os impasses que os sujeitos enfrentam em relação à sexualidade.

Não é que eu negue a diferença que existe, desde a mais tenra idade, entre o que chamamos de uma menina e um menino. É inclusive daí que parto. Captem desde já que, quando parto daí, vocês não sabem do que estou falando (Lacan, 2012, p. 13).

Lacan (2012) e Butler (2014) convergem ao afirmar que o sujeito não é um "eu" fixo e central, mas sim descentrado, moldado por uma complexa interação de elementos sociais, culturais e psicológicos. Butler enfatiza que a identidade é performativa e contextual, produto de práticas culturais e discursivas. Ambos, Lacan e Butler, questionam e desestabilizam as categorias binárias de gênero, sexualidade e identidade, desafiando concepções tradicionais e revelando a fluidez inerente a essas construções:

> A pequena diferença já é destacada desde muito cedo como órgão, o que já é dizer tudo - organon, instrumento. Será que um animal tem ideia de

> que possui órgãos? Desde quando já se viu isso? E para quê? Por acaso bastaria anunciar que todo animal - falei disso noutro lugar, aqui vou dizê-lo de outra maneira, é uma maneira de retomar o que enunciei recentemente a propósito do chamado gozo sexual como instrumento do animal - todo animal que tem pinças não se se masturba? Essa é a diferença entre o homem e a lagosta (Lacan, 2012, p. 13).

Quando usamos os termos "homem" e "mulher" de forma simplificada, estamos fazendo uma "abreviatura", conforme Lacan (1985, p. 87). Na realidade, essas categorias são frequentemente uma tentativa enganosa de relacionar a sexualidade às características anatômicas. No entanto, se insistirmos em manter essas categorias, podemos falar do "dito homem" e da "dita mulher" (Lacan, 1985, p. 107). É crucial lembrar que "todo mundo sabe que há mulheres fálicas e que a função fálica não impede os homens de serem homossexuais" (Lacan, 1985, p. 97).

Clinicamente, isso nos lembra que a escuta do psicanalista deve diferenciar entre o que está na lógica da demarcação do perímetro (o gozo fálico) e o que escapa a isso. Cada pessoa, seja mulher, homem, travesti, gay, transformista, bissexual, transgênero, não-binário etc., é um caso único. A escuta do psicanalista deve sempre saber distinguir, para além do gênero, aquilo que se apresenta na lógica da demarcação do perímetro (o gozo fálico/gozo não-todo) e aquilo que a isto escapa...

Interessa no que se apresenta: o que sujeito faz com o seu gozo, o que nele goza, o que sobre ele goza, o que a partir dele goza, e o mais importante: permitir o encontro do sujeito com o seu desejo.

4 Por isso...

As identidades sexuais, funcionam mais como reforços a uma normalização, ao iludir e não aludir ao fato de que são fantasias, e não formas-sujeito. Estas funcionam também, tal como a ideologia maternalista, dentro de uma lógica autoritária de nomeação dos sujeitos, muitas vezes impondo aos sujeitos uma necessidade imperativa de intervenção sobre seus corpos, o que por outro lado, ilude o sujeito ao não revelar que o corpo transformado nada tem de relação com seu modo de gozo, e menos ainda com os destinos de suas pulsões.

A clínica mostra que a intervenção voluntária sobre o real do corpo se impõe, com frequência, como uma "necessidade"; trata-se, então, de interrogar as razões estruturais do que, no nível subjetivo, apresenta-se como "necessário". Em geral, diria que a manipulação irreversível é uma tentativa de dar estabilidade a uma forma que oscila; ela intervém, por exemplo, na cirurgia plástica, para integrar ou excluir um traço físico particular, vivido sob o signo do 'em excesso' ou do 'excessivamente pouco' (Mieli, 2002, p. 14-15).

Podemos afirmar então que a operação sobre o corpo real funcionaria como uma disciplina do gozo, enquanto demanda orientada à Ciência, mas não uma operação sobre o desejo.

Quando falamos sobre a operação acerca do corpo real, referimo-nos às intervenções físicas e concretas realizadas no corpo, como cirurgias. Essas operações são orientadas pela ciência e pela técnica médica, visando alinhar o corpo físico com a identidade de gênero ou com outros objetivos específicos. Neste contexto, a cirurgia pode ser vista como uma forma de "disciplina do gozo", no sentido de que ajusta o corpo para que ele corresponda às expectativas e necessidades internas do indivíduo, já que o gozo é algo que escapa à organização simbólica e se relaciona diretamente com o corpo. Assim, a modificação do corpo pode ser vista como uma tentativa de disciplinar o gozo, ao buscar uma maior consonância entre o corpo físico e as experiências de prazer do indivíduo, mas ela não tem modulação direta sobre o desejo.

A operação sobre o corpo real não deve ser confundida com uma operação sobre o desejo. Este é uma construção simbólica e transcende o corpo físico. Ele é moldado por fatores afetivos e psíquicos que vão além das modificações corporais. Lacan observa que o desejo não é algo que pode ser ajustado apenas com modificações corporais; ele é o que se estrutura através da linguagem e do simbólico (Lacan, 2016). Portanto, enquanto a cirurgia pode aliviar o sofrimento físico e psicológico relacionado à disforia de gênero, ela não aborda diretamente todas as questões ligadas ao desejo. A pessoa pode continuar a enfrentar complexidades relacionadas ao desejo e ao gozo que não são resolvidas apenas por mudanças no corpo.

A clínica psicanalítica demonstra que a intervenção sobre o corpo, muitas vezes apresentada pelo sujeito como uma necessidade incontornável, deve ser interrogada para além de sua dimensão individual, isto é, em suas determinações simbólicas e sociais. Conforme aponta Mieli (2002), as intervenções irreversíveis sobre o corpo podem ser compreendidas como tentativas de estabilizar uma forma que oscila, isto é, de fixar no real do corpo algo que, no nível simbólico, encontra-se em conflito ou indeterminação. Nesse sentido, a cirurgia, a hormonização ou outras modificações corporais podem funcionar como operações de inscrição no real, buscando resolver, pela via do corpo, aquilo que pertence à ordem do desejo e da linguagem.

Entretanto, é fundamental distinguir, como propõe a tradição lacaniana, a operação sobre o corpo real da operação sobre o desejo. Enquanto a primeira incide sobre a materialidade do corpo, a segunda só pode ocorrer no campo da linguagem, uma vez que o desejo é estruturado simbolicamente e não biologicamente. Nesse sentido, a modificação corporal pode funcionar como uma tentativa de disciplinar o gozo, isto é, de dar forma, limite e localização ao gozo, mas não resolve, por si só, uma vez que o desejo, que permanece estruturado pela falta e pela relação com o Outro. Essa distinção é fundamental para que não se reduza a experiência subjetiva à dimensão anatômica, nem se interprete a intervenção corporal como solução total para o sofrimento psíquico.

Nesse cenário, as identidades sexuais podem funcionar, em determinados contextos, como formas de estabilização simbólica que oferecem ao sujeito um lugar de reconhecimento social e de inteligibilidade. No entanto, quando tomadas como essências e não como construções simbólicas, podem operar como novas formas de normatização. Como demonstra Judith Butler (2014), as identidades de gênero são efeitos de repetição de normas sociais e não expressões de uma verdade natural interior. Assim, toda identidade, inclusive as identidades dissidentes, corre o risco de se transformar em novo regime normativo quando cristalizada como categoria fixa.

Já que definitivamente sexualidade nada tem de relação com o gênero, ou qualquer alento que a biologia pode oferecer, ao constatarmos que os sujeitos são perversos polimorfos, e compreendermos que é a fantasia que é normativa (enquadra os sujeitos em fórmulas, caixas, identidades) devido à demanda por reconhecimento, constatamos também que continuamos às voltas com a questão humana mais basilar:

"Quem somos? De onde viemos? E o que somos no desejo do outro?", o que não responde coisa alguma sobre o nosso próprio desejo.

Observamos que, ao longo da vida, os seres humanos tendem a transferir para diferentes figuras e contextos as demandas que originalmente eram dirigidas à mãe na infância. Essas demandas envolvem o reconhecimento, o amor, o cuidado e a identificação, e muitas vezes são redirecionadas para objetos ou figuras que parecem fornecer um sentido de continuidade e validação da identidade pessoal, como ocorre com a busca por uma afirmação sobre a sexualidade.

No início da vida, o bebê direciona suas expectativas e necessidades à figura materna, buscando um reflexo que ofereça reconhecimento e cuidado. Esse processo é fundamental para o desenvolvimento emocional e psicológico, pois estabelece as bases da identidade e da percepção de si mesmo. A mãe, nesse contexto, não é apenas uma provedora de sustento físico, mas também uma fonte de amor e de confirmação de existência.

No entanto, à medida que crescemos, essas demandas não desaparecem; elas simplesmente mudam de foco. A busca por reconhecimento e amor pode ser transferida para diferentes aspectos da vida, incluindo a sexualidade. Muitas vezes, nos deparamos com a necessidade de "algo dizer sobre minha sexualidade" como uma forma de obter a validação e a compreensão que uma vez esperávamos da figura materna. Esse processo é uma tentativa de preencher uma lacuna deixada pela experiência inicial de cuidado e reconhecimento.

Entretanto, é crucial reconhecer que a assunção do parentesco e a busca por reconhecimento não são garantidas nem pelo corpo nem pela lei. O parentesco é uma construção subjetiva e contingencial, não um dado absoluto que se impõe independentemente das circunstâncias individuais. Em outras palavras, a forma como alguém assume ou é reconhecido como parte de uma rede familiar pode variar e não está necessariamente atrelada à função de cuidador ou cuidadora. Isso significa que a identificação familiar e a função de cuidar podem ocorrer separadamente, e a identidade familiar pode se formar através de dinâmicas diversas e pessoais.

Da mesma forma, a sexualidade é uma experiência subjetiva, contingencial e pulsional, que não se limita a um reconhecimento fixo ou a um objeto específico. A sexualidade é fluida e está em constante processo de construção e reconstrução, influenciada por múltiplos fatores internos e externos. Assim como a assunção do parentesco pode ser subjetiva e variável, a sexualidade não precisa necessariamente se alinhar com um objeto ou uma identidade estática. Ela pode se manifestar de formas diferentes ao longo do tempo e em diferentes contextos, refletindo a complexidade da experiência humana.

Portanto, a busca por afirmação sexual como um reflexo da necessidade de reconhecimento e cuidado é um fenômeno que, embora enraizado em experiências iniciais de vínculo e identidade, não está rigidamente preso a essas primeiras construções. A sexualidade, em sua essência, é uma expressão fluida e contingencial, que transcende a busca por um objeto fixo de reconhecimento. Em última análise, compreender a sexualidade e a identidade em termos de subjetividade e contingência nos ajuda a apreciar a diversidade e a complexidade da experiência humana, livre das amarras de definições rígidas ou expectativas fixas.

A epistemologia pulsional, desenvolvida por Freud na tentativa de compreender a histeria, marcou o nascimento da psicanálise. Hoje, os corpos trans talvez representem o novo "ponto cego", tal como a histeria foi para Freud, e nos impulsionem a criar uma nova epistemologia capaz de compreender o que se apresenta. Essa compreensão necessariamente passa pela discussão sobre o ordoliberalismo, que, ao contrário do liberalismo clássico, busca regular e controlar não só o mercado, mas também os corpos e as sexualidades por meio de estruturas institucionais e jurídicas. O ordoliberalismo, por meio de suas práticas disciplinares, engendra políticas de controle sobre os corpos, especialmente no campo da reprodução e da sexualidade, reativando ideologias de controle reprodutivo, como leis e movimentos antiaborto, tendências de retorno ao lar e outras formas de normatização que ressoam com as lutas de classes contemporâneas.

Essa lógica opera por meio da reprodução do capital, que fragmenta e aliena os corpos, inserindo a ideia de gênero como um mecanismo de captura a serviço da ideologia dominante. A resistência a essa fragmentação surge, então, no corpo trans, que subverte essas imposições ao ser fluido, interversivo, fora dos moldes. Enquanto o corpo

cindido, dividido e alienado reflete a dominação capitalista, o corpo trans, por ser fluxível, não se encaixa nas categorias fixas de gênero; ele "acontecimento". O corpo trans desvela a captura do corpo pelo ordoliberalismo, expondo o real do corpo perverso polimorfo.

A reprodução do capital/corpos produz a alienação/fragmentação dos corpos, cuja ideia de gênero funcionaria como captura a serviço da ideologia dominante, ao passo que a resistência estaria na interversão in ato do corpo trans (fluido). Como reação a esse corpo cindido, dividido, separado, alienado, o corpo fluxível trans, não é (tal como nas caixas inauguradas pela identificação dos gêneros cada vez mais amplas), ele acontece!

Nessa perspectiva, o corpo trans pode ser compreendido como aquilo que torna visível o caráter construído, técnico e político de todo corpo e de toda identidade sexual. Ao escapar das classificações fixas e ao evidenciar a possibilidade de transformação corporal, o corpo trans revela que o sexo e o gênero não são dados naturais, mas resultados de intervenções médicas, jurídicas, linguísticas e tecnológicas. Assim, mais do que representar uma identidade, o trans pode ser compreendido como um acontecimento político e epistemológico que desestabiliza as fronteiras entre natureza e cultura, masculino e feminino, normal e patológico.

Se, como demonstrou Silvia Federici (2017), o capitalismo depende historicamente da organização dos corpos em função da reprodução e do trabalho, então toda forma de existência que escapa à lógica reprodutiva e produtivista representa, em alguma medida, uma ameaça a essa organização. A normatividade de gênero e a família reprodutiva não são apenas instituições culturais, mas dispositivos econômicos fundamentais para a manutenção do sistema produtivo. Nesse sentido, corpos e sexualidades que não se organizam em torno da reprodução, aquilo que alguns autores chamam de sexualidades improdutivas, e colocam em questão a própria lógica que vincula corpo, trabalho e reprodução social.

Dessa forma, a questão que se coloca para a psicanálise e para as ciências sociais não é a de normalizar ou patologizar novas formas de existência, mas a de compreender o que elas revelam sobre a estrutura da sociedade e sobre os modos contemporâneos de subjetivação. Se, no início do século XX, a histeria ocupou para a psicanálise o lugar de

sintoma social que revelava o mal-estar na civilização, é possível pensar que, na contemporaneidade, as questões relativas ao gênero e às transformações corporais ocupam posição semelhante, funcionando como ponto de tensão que revela os limites das categorias tradicionais de sexo, identidade e normalidade.

Nesse sentido, o trans é hoje o significante da luta de classes, subvertendo o imperativo produtivista do capital ao inaugurar uma "sexualidade improdutiva". Ele revela que o gênero não pode ser reduzido a nenhuma letra, tampouco a um conjunto delas, já que a sexualidade humana é fluida, e todos somos perversos polimorfos. A resistência ao capitalismo contemporâneo reside, então, no avesso do (re)produtivo, exigindo um esforço epistemológico que passa necessariamente pela psicanálise e pelas ciências sociais para criar um novo campo político em que a sexualidade se manifesta, partindo do fluxível.

Referências

BUTLER, J. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

FEDERICI, S. **Calibã e a bruxa**: mulheres, corpo e acumulação primitiva. São Paulo: Elefante, 2017.

FREUD, S. Três ensaios sobre a teoria da sexualidade (1905). *In*: FREUD, S. **Um caso de histeria, três ensaios sobre a teoria da sexualidade e outros trabalhos (1901- 1905)**. Rio de Janeiro: Imago, 1976. p. 118 a 228.

FREUD, S. Algumas consequências da distinção anatômica entre os sexos. *In*: FREUD, S. **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1996. v. 19, p. 271-286.
FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 2014.

FOUCAULT, Michel. Mon corps, ce papier, ce feu. *In*: Histoire de la folie à l'âge classique. Anexo à 2ª ed. Paris, Gallimard, 1971.

IACONELLI, V. **Manifesto antimaternalista**: psicanálise e políticas da reprodução. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.

LACAN, J. **O seminário**: livro 20: mais, ainda. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

LACAN, J. Prefácio a o despertar da primavera. In: LACAN, J. **Outros escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003. p. 557-559.

LACAN, J. **O seminário**: livro 23: o sinthoma. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.

LACAN, J. **O seminário**: livro 16: de um outro ao outro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

LACAN, J. **O seminário**: livro 19: ou pior (1971-1972). Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

LACAN, J. **O seminário**: livro 6: o desejo e sua interpretação [1958-1959]. Rio de Janeiro: Zahar, 2016.

LANZ, L. **O corpo da roupa**: a pessoa transgênera entre a transgressão e a conformidade com as normas de gênero. Curitiba: Appris, 2015.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MIELI, P. **Sobre as manipulações irreversíveis do corpo e outros textos psicanalíticos**. Rio de Janeiro: Contracapa, 2002.

NASSER, David; MARTINS, Herivelto. Mamãe. Intérprete: Angela Maria/Banda. *In*:. Rio de janeiro: Universal Music Group, EMI Records, 1959.

ORLANDI, E. P. **Análise de discurso**: princípios e procedimentos. Campinas: Pontes, 2009.

PRECIADO, P. B. **Testo Junkie**: sexo, drogas e biopolítica na era farmacopornográfica. São Paulo: n-1 edições, 2018.

SIMÕES, A.; GONÇALVES, G. Labirintos da sexualidade: convergências e dissonâncias entre a psicanálise e a teoria queer na atualidade. **Revista Àgora**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 1, p. 12-22, jan./abr. 2018.

[i] Artigo recebido em 16/09/2025
Artigo aprovado em 18/06/2026

Dossiê Temático: Nossos corpos também são pátria. Artes, territórios e corporeidade

Organidores/as do Dossiê: Profa. Dra. Júlia de Almeida Mello (UFES); Profa. Dra. Paula Guerra (Universidade do Porto, Portugal); Profa. Dra. Voica Puşcaşiu (”Babeș-Bolyai” University, Cluj-Napoca, Romania); Profa. Dra. Angels Bronsoms (Universidade Autónoma de Barcelona, Espanha).

Editora-Chefe: Profa. Dra. Renata Rogowski Pozzo (UDESC).

[ii] Contribuições da autora: conceituação; investigação; supervisão; visualização; escrita - rascunho original; escrita - análise e edição.
[iii] Contribuições da autora: conceituação; administração do projeto; escrita - análise e edição.